

# MO(VI)MENTO DE UM CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: (RE)PENSANDO UMA PRÁTICA AVALIATIVA

Rita Lee Lopes Vieira de Jesus<sup>1</sup> Rejane de Olivera Alves<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Ao considerar a importância da luta pelo direito à educação para todas as pessoas, trazemos à discussão o Conselho de Classe como prática avaliativa que pode e deve mobilizar o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, essa instância precisa garantir a participação da comunidade escolar e local, contribuindo para a gestão democrática na escola.

Diante disso, abordamos aqui as contribuições de estudiosas, como Ângela Dalben (2004), Maria Teresa Esteban (2000) e Rubia Magnata e Ana Lúcia dos Santos (2015). Além desses estudos, exploramos recortes do Projeto Institucional – Conselho de Classe Participativo, apresentado no ano de 2018 pela rede pública municipal de Bom Jesus da Lapa/BA. As recomendações e proposições são direcionadas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I e II.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica, uma vez que buscamos "analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente" (Gil, 1999, p. 66). A leitura de algumas obras e a consulta ao Projeto Institucional permitiram a realização do presente estudo. Ele foi mobilizado com base no seguinte problema: Quais proposições podemos fazer para um Projeto Institucional que inclua um Conselho de Classe Participativo para a rede pública municipal de Bom Jesus da Lapa/BA? O objetivo geral se concentrou em compreender as

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestre em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Endereço eletrônico: prof.ritaleevieira@yahoo.com.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Doutora em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Endereço eletrônico: rejane.alves@ufba.br.



possibilidades da constituição de um Conselho de Classe Participativo para a rede pública municipal de Bom Jesus da Lapa/BA. Em suma, o texto está organizado em três seções: a Introdução, na qual apresentamos o tema, o tipo de pesquisa, o problema e o objetivo geral; os Resultados e Discussões, cujo debate se volta às proposições feitas a respeito do Conselho de Classe Participativo; e as Considerações, momento em que tecemos conclusões e reafirmamos a relevância do debate.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A título de contextualização, cabe fazer algumas ressalvas a respeito do município ao qual voltamos nosso olhar de pesquisa. Bom Jesus da Lapa está situado na região oeste da Bahia e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 2022, este município tem uma população aproximada a 65.550 pessoas.

Neste município, existe um documento intitulado "Projeto Institucional – Conselho de Classe Participativo" que salienta que "os Conselhos de Classe se realizavam apenas no final do ano letivo, tornando-se uma espécie de júri, onde havia a classificação para aprovação ou retenção de alunos e alunas" (Bom Jesus da Lapa, 2018, s.p.). Ao discordar de tal apontamento, o documento sugere que este Conselho aconteça ao fim de cada unidade, pois a sua finalidade é "refletir e nortear a ação pedagógica e não apenas se ater a notas ou aspectos subjetivos" (Bom Jesus da Lapa, 2018, n.p.).

Nesse panorama, observamos a intenção em desfazer uma prática que legitima resultados e classifica estudantes, buscando construir um mo(vi)mento oportuno à reflexão do processo educativo. Portanto, propõe-se que as reuniões do Conselho deixem de acontecer apenas no final do ano letivo e ocorram em cada unidade escolar, em forma de acompanhamento contínuo.

Para além do exposto, vale o respaldo de que o Conselho de Classe é uma "instância coletiva de avaliação do processo de ensino e aprendizagem" (Dalben, 2004, p. 38). Sendo assim, esta prática avaliativa, respeitando a comunidade



escolar, preocupa-se em movimentar o trabalho pedagógico, ou seja, em refletir sobre os caminhos já percorridos, planejar ações e intervir quando necessário. Partindo do contexto descrito, conforme a mesma autora, o papel original do Conselho de Classe refere-se a:

Mobilizar a avaliação escolar no intuito de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola e, especialmente, de congregar esforços no sentido de alterar o rumo dos acontecimentos, por meio de um projeto pedagógico que visa ao sucesso de todos (Dalben, 2004, p. 38).

O excerto acima mostra que o interesse do Conselho de Classe não deve se voltar às notas, aprovações e reprovações. Por meio da avaliação, o seu intuito é conhecer o(a) estudante, os saberes que já possui e a escola para, então, tomar decisões e buscar outros rumos. Cabe destacar, porém, que não concordamos com a visibilidade dada ao "sucesso", visto que a finalidade da avaliação é a aprendizagem.

Nessa perspectiva, o Projeto Institucional expõe os seus objetivos aos grupos que constituem a escola. A intenção do Conselho de Classe Participativo para a coordenação pedagógica e a docência é "[...] favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do trabalho docente, [...] possibilitando a oportunidade de um 'novo fazer' pedagógico" (Bom Jesus da Lapa, 2018, s.p.). Desse modo, notamos um entendimento desta prática avaliativa direcionada ao conhecimento maior acerca do trabalho pedagógico e às ações interventiva

Para cumprir tal intento, o documento propõe que este Conselho de Classe seja desenvolvido por meio de sete etapas, a saber: 1 – Envolvimento dos segmentos; 2 – Fichas para os professores; 3 – Questionários para os alunos; 4 – Questionários para os pais; 5 – Coleta de dados; 6 – Leitura e consolidação dos dados; e 7 – Apresentação dos resultados e tomada de decisões.

Durante a exposição de cada uma das etapas, o documento sugere ações como: reunião com a comunidade escolar, mobilização com os(as) estudantes ao final de cada unidade do ano letivo, preenchimento de fichas e questionários, organização dos índices da escola, exibição de resultados e tomada de decisões.



A partir disso, explicita-se que "o ideal é buscar soluções conjuntas para casos de estudantes com resultados abaixo do esperado, com o planejamento de atividades para que as aulas se tornem mais eficazes" (Bom Jesus da Lapa, 2018, s.p., grifos nossos).

Quando o documento institucional do município descreve que o Conselho de Classe deve adotar soluções conjuntas, compreendemos que esse pode ser o diferencial de uma proposta democrática e dialógica. No entanto, discordamos da ideia de que as ações planejadas devem se voltar à busca de resultados esperados. Isso ocorre porque defendemos uma prática avaliativa que contribua com o acompanhamento e a ampliação das aprendizagens. O foco não é ter uma aula eficaz, uma vez que a eficiência é uma pauta cara para os grandes empresários da Educação. O processo de ensinar e aprender deve ser dinâmico e com corresponsabilidades entre estudantes e professores(as) para que todos os envolvidos aprendam.

A par disso, consentimos com a avaliação que facilita "a identificação dos sinais de que algum aluno esteja sendo posto à margem do processo e das pistas para viabilizar a reconstrução de seu trajeto" (Esteban, 2000, p. 24). O Conselho de Classe, enquanto prática avaliativa, deve provocar o conhecimento de informações que corroborem com a escolha de caminhos favoráveis à aprendizagem. Sobre isso, cabe fazer a seguinte ponderação:

O conselho de classe colabora para a discussão e reflexão conjunta das práticas pedagógicas, estabelece o diálogo entre professores, orientadores, alunos e gestão por meio de uma avaliação que ressalta o conhecimento construído e que permite a reformulação de estratégias a fim de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem (Magnata; Santos, 2015, p. 771).

As autoras acima percebem o Conselho de Classe como um espaço no qual se discute e reflete sobre práticas pedagógicas, articula-se o diálogo conjunto, reformulando-se estratégias e favorecendo-se o desenvolvimento da aprendizagem. Essa é, justamente, a concepção de Conselho em que acreditamos. Nessa seara, destacamos as seguintes proposições para um Projeto Institucional – Conselho de Classe Participativo: desvirtuar a ideia de



júri; acontecer ao final de cada unidade; ser uma instância coletiva; refletir e orientar a ação pedagógica; e possibilitar um novo fazer pedagógico.

### **CONSIDERAÇÕES**

Este estudo foi realizado em resposta ao nosso objetivo de compreender as possibilidades da constituição de um Conselho de Classe Participativo para a rede pública municipal de Bom Jesus da Lapa/BA. Nesse sentido, concluímos que o referido Projeto sinaliza um Conselho de Classe Participativo como prática avaliativa interessada na reflexão do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, ainda há alguns trechos do documento que possuem contradições, especialmente quando dão ênfase aos resultados esperados.

Em linhas gerais, endossamos o nosso entendimento de que o Conselho de Classe deve contemplar a construção e a ampliação das aprendizagens, e não a legitimação de resultados e a seleção de estudantes. Nesse horizonte, percebemos a relevância que este trabalho pode oferecer ao estudo desse tema, propiciando o incentivo para futuras pesquisas na área. Por fim, teremos a chance de aprofundar o debate de práticas avaliativas que alcancem a ruptura de uma dimensão classificatória e o desenvolvimento de uma dimensão mais formativa e dialógica, capaz de orientar o processo de ensino e aprendizagem.

### **REFERÊNCIAS**

BOM JESUS DA LAPA. **Projeto Institucional – Conselho de Classe Participativo**. Bom Jesus da Lapa, BA, 2018.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselho de Classe e Avaliação**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ESTEBAN, M. T. (org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.



MAGNATA, R. C. V.; SANTOS, A. L. F. dos. Avaliação formativa da aprendizagem: a experiência do conselho de classe. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 768-802, set./dez. 2015. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3253. Acesso em: 26 out. 2025.